

QUEDA NAS TAXAS: A retomada da produção e a queda do desemprego vão depender da continuidade da redução das taxas

Redução de juros é insuficiente para aquecer economia

Analistas ressaltam a importância da tendência decrescente, mas afirmam que 'over' de 39% e de 42% têm mesmo efeito

Flávia Oliveira

• O aquecimento da economia, a retomada da produção e a redução do desemprego vão ter de esperar. A queda de pouco mais de três pontos percentuais numa taxa superior a 40% ao ano não tem nenhum efeito prático, além de indicar que a tendência dos juros é decrescente. A opinião une diferentes economistas, entre os quais, Flávio Castelo Branco, da Confederação Nacional da Indústria (CNI):

— A taxa de 39% ao ano é tão asfixiante quanto a de 42,75%. As empresas não têm condições de se financiar e os consumidores não podem comprar. O país precisa voltar o mais depressa possível ao nível de juros anterior à crise da Rússia (19% ao ano) para a economia se recuperar.

Há, contudo, quem aposte que a reação pode começar assim que os juros saírem da casa dos 30% ao ano. Rebeca Talis, economista da consultoria Macrométrica, lembra que foi mais ou menos nesse ponto que a produção industrial — e mesmo o Produto Interno Bruto (PIB) nacional — voltou a subir, no fim do primeiro trimestre deste ano.

Indústria reagiu quando TBC chegou a 28% em março de 98

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam a tendência. Um gráfico que compara o desempenho médio da industrial a cada trimestre mostra claramente que, de outubro de 1997 a fevereiro de 1998, a produção só fez cair. Naqueles meses, os juros passaram de 43,04% para 34,5% ao ano. Em

março, a taxa básica passava a 28% e o desempenho da indústria começou a melhorar e cresceu até julho, quando os juros bateram 19,75% ao ano. Em seguida, veio a crise na Rússia.

— O importante neste momento foi o sinal de que os juros vão cair. Cairão lentamente, mas sem parar — diz Rebeca.

Na Macrométrica, a previsão é de que a economia comece a reagir no segundo trimestre, e de que o PIB brasileiro fique estável em 1999. Seus economistas são mais otimistas que o próprio Governo brasileiro, porque o Programa de Estabilidade Fiscal trabalha com queda real de 1% para o PIB no próximo ano.

Já o Lloyds Bank aposta em número idêntico ao do Governo. Luciana Fagundes, economista do banco, é outra que não crê no im-

pacto imediato da redução dos juros. Contudo, acha que o ritmo de queda vai se intensificar após a assinatura do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a aprovação das medidas de ajuste fiscal pelo Congresso Nacional.

Tban poderá cair em reunião extraordinária do Copom

Mais que isso: diz que antes da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, marcada para 16 de dezembro, o país estará convivendo com uma Taxa de Assistência Bancária (a Tban, teto dos juros nacionais) abaixo dos 42,25% fixados anteontem:

— O BC pode nos surpreender convocando uma reunião extraordinária para reduzir os juros. Da mesma forma que agiu na

elevação da Tban, em setembro — diz Luciana.

Mas aquecimento da economia, só mesmo a partir de abril de 1999. A economista acredita que a programação financeira das empresas já está comprometida com os juros altos deste fim de ano. Além disso, o desemprego se mantém no nível mais alto dos últimos 15 anos. Isso pressiona a inadimplência e impede o repasse imediato da queda dos juros básicos para as taxas de financiamento, que estimulariam o consumo.

O economista Marcelo Neri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diz que a queda continuada dos juros tende a favorecer o mercado de trabalho. Mas a redução de ontem, isoladamente, não é sensível a ponto de fazer o desemprego cair no curto

prazo. Ou seja, a taxa média deste ano vai mesmo ficar próxima de 8%. Isso indica que, de cada cem pessoas com trabalho nos seis principais centros urbanos do país, oito estarão sem emprego ou procurando ocupação no fim de 1998.

Aumento de impostos também freia a economia brasileira

Apesar da queda dos juros, os especialistas assinalam que o país terá de conviver com um nível de atividade modesto em 1999. Resultado do programa de ajuste fiscal, que vai impor um corte drástico nas despesas do Governo e, ao mesmo tempo, reduzir a renda de empresas e pessoas físicas, devido ao aumento de impostos. Com menos dinheiro disponível, o jeito é comprar menos e frear a economia. ■